

O LIBERALISMO E O NEOLIBERALISMO NOS CONTEXTOS POLÍTICO- EDUCACIONAIS DO SÉCULO XXI

REGINA ALICE RODRIGUES ARAUJO COSTA

Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba – PB, bolsista do PIQIFPB, re.rodrigues.araujo@gmail.com;

ISABELA NATHÁLIA NUNES TRISTÃO

Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba – PB, tristaoisabela@gmail.com.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender os desdobramentos do liberalismo e do neoliberalismo no âmbito educacional da atualidade, para isso, partimos de uma contextualização histórica e política do cenário em que tais teorias/ideologias emergem. Para nortear a discussão, nos valem dos seguintes pontos centrais: ideologia liberal clássica x ideologia neoliberal da atualidade; as concepções e os ideais de liberdade no liberalismo; e, os ideais liberais e neoliberais no campo das políticas educacionais. A partir das reflexões estabelecidas, atentamos para a necessidade de uma formação crítica e bem definida, pensada para além do âmbito da construção de um 'sujeito-empendedor'.

Palavras-chave: Ideologia Liberal; Ideologia Neoliberal; Políticas Educacionais.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho decorre de um conjunto de indagações suscitadas, inicialmente, a partir das leituras e reflexão feitas sobre a obra “A riqueza das nações”, de Adam Smith. Dessas inquietações, realizamos uma revisão de literatura com o objetivo discorrer sobre algumas especificidades do liberalismo e do neoliberalismo a partir de uma contextualização histórica e política, para entender seus desdobramentos no âmbito educacional da atualidade. Para tanto, sistematizamos três inquietações para delinear o processo de escrita e apresentação do texto:

1. Qual a relação entre o liberalismo clássico e a ideologia neoliberal que perpassa as políticas públicas atualmente?
2. Qual o percurso historiográfico do neoliberalismo e como seus ideais se desdobram na sociedade e na educação?
3. Até que ponto (e de que forma) as reformas curriculares podem ser analisadas como políticas educacionais liberais e neoliberais?

Ao analisarmos de forma crítica as diferentes realidades educacionais as quais podemos observar na atualidade, notamos o quão latente as questões expostas acima se tornam. Na tentativa de articulação entre essas questões delimitadas e as suas possibilidades discursivas, optamos por estruturar o pensamento a partir dos pontos que consideramos centrais para o debate: ideologia liberal clássica x ideologia neoliberal da atualidade; as concepções e os ideais de liberdade no liberalismo; e, os ideais liberais e neoliberais no campo das políticas educacionais.

2. A IDEOLOGIA LIBERAL CLÁSSICA E A IDEOLOGIA NEOLIBERAL CONTEMPORÂNEA

Para dar conta de desenvolver um debate teórico que perpassa pelos ideais liberais clássicos, a visão de liberdade nos termos da Revolução Francesa, a guinada neoliberal e a influência econômica no campo das políticas educacionais, faz-se necessário refletir sobre a conjuntura histórica, política, econômica e social que propicia cada contexto mencionado.

Sob a efervescência de intensas transformações do séc. XVIII, em virtude da ascensão da Revolução Industrial e do Iluminismo, o desenvolvimento do comércio inglês, as modificações econômicas e diversos outros fatores, Adam Smith desenvolveu uma teoria capaz de proporcionar

bases econômicas e sociológicas que, posteriormente, serviu como paradigma teórico para toda economia política mundial.

Seus ideais teóricos são sustentados na sua obra de maior relevância 'A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas' publicada originalmente em 1776, alguns anos antes da Revolução Francesa, que tem início em 1789. As tessituras econômicas de Smith se opunham fortemente ao sistema mercantilista vigente à época, mas não apresentavam reflexos tão somente nesse campo.

Sua defesa da liberdade, igualdade (sob a perspectiva formal) e progresso, em contraponto as condições do regime absolutista, forjava um ideal de Estado e de sociedade, de modo que ao Estado caberia o papel de não intervir na ordem econômica (comércio, concorrência, guildas, protecionismo), restringindo sua atuação apenas garantir o livre exercício desses direitos e o cumprimento da legislação vigente, principalmente para defender a propriedade privada. Seu ideário social é centrado na individualidade dos cidadãos, de modo que a igualdade formal, propiciaria a luta por melhores condições, conforme observamos:

A produção anual da terra e do trabalho na Inglaterra é, sem dúvida, muito maior hoje do que na época da Restauração ou da revolução. Em consequência, maior deve ter sido também o capital empregado anualmente no cultivo da terra e para manter essa mão-de-obra. Em meio a todas as exceções feitas pelo governo, esse capital foi sendo silenciosa e gradualmente acumulado pela frugalidade e pela boa administração de indivíduos particulares, por seu esforço geral, contínuo e ininterrupto no sentido de melhorar sua própria condição. Foi esse esforço, protegido pela lei e permitido pela liberdade de agir por si próprio da maneira mais vantajosa, que deu sustentação ao avanço da Inglaterra em direção à grande riqueza e ao desenvolvimento em quase todas as épocas anteriores, e que, como é de esperar, acontecerá em tempos futuros (SMITH, 1996, p. 346).

Apesar de reconhecer a existência de desigualdade social, Smith (1996, p. 164), pautado nas influências de uma filosofia empirista, pontuava que a política vigente na Europa não permitia o livre curso das coisas, o que provocava outras desigualdades. Como exemplo, pontuava a restrição à concorrência em algumas profissões a menos pessoas do que aquelas que de outra forma poderiam estar dispostas a participar dela,

atribuindo tal questão ao privilégio exclusivo das corporações (SMITH, 1996, p. 164).

Dada a influência que os constructos desenvolvidos por Smith em 'A Riqueza das Nações', além dos enfoques científicos em sua teoria dos preços, análise da divisão do trabalho, grau de mercantilização das relações econômicas, dentre outros aspectos, suas ideias ficaram conhecidas como teoria liberal ou liberalismo.

A ideologia liberal influencia fortemente os prelúdios da Revolução Francesa, a partir das aspirações burguesas (grupo social com forte presença política e intelectual dentro do Terceiro Estado)¹, de modo que seus princípios são positivados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (DDHC, 1789), que dispõe sobre os direitos de liberdade, igualdade e propriedade, além de princípios como o da legalidade, segurança, presunção de inocência, dentre outros.

A burguesia, liderando as massas populares, derrubou o absolutismo, acabou com os privilégios sociais do clero e da nobreza, tomou o poder político e implantou a igualdade de todos perante a lei, pondo fim aos privilégios de nascimento. A partir daí, foi implantado o Estado liberal com a divisão dos três poderes, o liberalismo econômico e a livre-concorrência, e a igualdade de todos perante a lei. A burguesia apossou-se do poder político e criou as condições para o desenvolvimento do capitalismo (CACERES, 1996, p. 282).

A Revolução Francesa foi um acontecimento político que teve implicações políticas e sociais, fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo. Dando destaque para os conflitos entre a burguesia a aristocracia, Eric Hobsbawm aponta que existiu uma nobreza tentando 'frear' a mobilidade social, buscando, assim, tornar mais difícil o canal de ascensão da burguesia. Esse conflito vai gerar o que o autor chama de 'reação senhorial' – a tentativa de retorno de velhos direitos senhoriais e de impedir o acesso de não-nobres à nobreza e à cargos públicos (HOBSBAWM, 1996).

1 Ressalte-se que a proeminência da burguesia só foi possível em virtude do apoio dos verdadeiros manifestantes que serviram de linha de frente, os 'sem-culotes' e da colaboração dos camponeses. Hobsbawm (1986, p. 244) destaca que o apoio dos camponeses e os sem-culotes - a grande massa do movimento, mas de pouca consciência política - deram espaço para que os burgueses controlassem todas as bandeiras da revolução.

De acordo com Eric Hobsbawm (1996), as massas estavam reivindicando as suas próprias revoluções sociais e passaram a se fragmentar em outros grupos. Dentre eles os jacobinos (cujo nome significa “revolução radical”), os sem-culotes (vistos pelo autor como a única alternativa para o radicalismo burguês), e, mais a frente, os girondinos. Pouco tempo após o 14 de julho, a estrutura social do feudalismo rural francês e a máquina estatal da França Real estavam enfraquecidas. Assim, o Estado ficou dividido em uma Assembleia Nacional sem forças, administrações municipais da classe média e abolição dos privilégios feudais. A difusão da liberdade foi um ponto comum entre todos os franceses, somente métodos revolucionários poderiam vencer uma guerra pela qual os franceses estavam enfrentando, e esse método ficou conhecido como a ‘Guerra Total’. Essa expansão da guerra fortaleceu o único grupo capaz de vencê-la: a esquerda; enquanto a classe média, por outro lado, estava empenhada em se manter em uma sociedade burguesa, sob o perigo da república democrática jacobina (HOBBSAWM, 1996).

A Revolução Francesa, portanto, rompeu com a forma de governo absolutista - onde não havia divisão dos poderes, sendo todo poder concentrado na figura do Rei -, e adotou o Estado liberal, onde havia a defesa do direito à propriedade e do livre comércio, a não intervenção do Estado na economia, dentre outras características. E é nesse contexto que o capitalismo passa então a ser plenamente desenvolvido. No início do séc. XIX o liberalismo se consolida como ideologia triunfante em detrimento do conservadorismo e do socialismo, por ser mais capaz de fornecer uma geocultura viável para a economia-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 1994, p. 119).

Todavia, Apple (2003) observa que os ideais que sustentavam a noção de liberdade para os defensores do liberalismo no contexto do séc. XVIII se davam sob o prisma da tutela das liberdades individuais. Além disso, se restringiam aos grupos social e economicamente favorecidos (a independência econômica implicava num elemento definidor da liberdade política), de modo a estabelecer uma linha divisória que, automaticamente, excluía os demais grupos sociais, que não detinham o capital econômico, a exemplo da classe proletária, escravos, e mulheres, já que na estrutura da sociedade patriarcal a mulher era categorizada como dependente (SAFFIOTI, 1976).

A ‘aliança’ da burguesia com os proletários em prol dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, se deu no intuito de se contrapor ao sistema vigente (absolutismo). Segundo Costa (2002), trata-se de um

conteúdo genérico de liberdade, de igualdade e de fraternidade - todos em abstrato. Ou seja, de direitos universais abstratos e de homem abstrato, de modo que constrói uma ideia abstrata de povo, e busca, assim, eliminar as contradições e as desigualdades reais entre as classes sociais e uniformizar a sociedade. Nessa esteira, Tonet (2012, p 03) mostrou que:

A sociedade burguesa só pode reproduzir-se sob essa forma que articula igualdade formal (aparente) e desigualdade real (não aparente). Como essa transação entre capitalistas e trabalhadores tem como pressuposto que todos os indivíduos são originalmente iguais, a desigualdade social não aparece como resultado da natureza íntima do ato do trabalho, mas como fruto das ações de cada indivíduo. Deste modo, a raiz da desigualdade social é ocultada e essa forma de sociabilidade é aceita como a melhor possível porque de acordo com o que é considerado a verdadeira natureza humana.

Na primeira metade do século XIX observa-se o intenso desenvolvimento da industrialização do capitalismo, não só na Europa, mas em outros continentes. Entretanto, se de um lado a exploração dos trabalhadores se irradiava pelo mundo, de outro, o crescimento do movimento dos trabalhadores eurocidentais, em especial na Inglaterra, produzia inquietação na burguesia, que ficava abalada a cada momento que os trabalhadores se manifestavam de modo coletivo.

Nesse cenário, o objetivo da burguesia e do próprio Estado Liberal era o de constituir um poder político estável de modo a expandir e consolidar o modo capitalista de produção, estabilidade essa ameaçada pelos movimentos dos trabalhadores e pelos próprios problemas sociais decorrentes da relação antagônica entre o capital e o trabalho.

Immanuel Wallerstein (1994) demonstrou que através do reformismo racional, o liberalismo se ofereceu como a solução imediata para as dificuldades políticas de ambas as classes, adotando assim um centrismo encarnado:

Alguns direitos de sufrágio aqui, um pouco de provisões do Estado de Bem-Estar ali, somados a uma unificação das classes sob uma identidade nacionalista comum - tudo isso resultou, ao final do século XIX, em uma fórmula que apaziguou as classes trabalhadoras, enquanto mantinha os elementos essenciais do sistema capitalista (WALLERSTEIN, 1994, p. 121).

Nos primórdios do século XX, porém, diante das contradições no modo de produção capitalista, atenta-se para os sintomas de crise desse sistema nos países onde o capitalismo já se encontrava avançado. Os problemas sociais latentes provocaram a necessidade de serem implementadas políticas sociais, que diante de sua construção, culminaram na adoção de uma intervenção do Estado na organização política e econômica em prol da defesa social. Esse período, denominado *Welfare State* – Estado de bem-estar -, reflete o momento em que o Estado passa a intervir na economia, e tem-se um financiamento público voltado aos direitos sociais para salvaguardar a economia capitalista de uma possível ruína.

Assim, as crises cíclicas do modo capitalista de produção ensejaram a necessidade de se criar narrativas que blindam a estrutura do sistema (MARX, 1971; ALTHUSSER, 1980).

Mais que funcional, o Welfare State é um desdobramento necessário da dinâmica de evolução dessas sociedades, uma vez que há pequena margem para opções. Isto é, segundo o autor, a emergência de programas sociais não é o resultado de escolhas, posto que as alternativas de políticas são pequenas. São as condições econômicas e sociais que determinaram a emergência do Welfare State e não opções do campo do político (ARRETCHE, 1995, p. 16).

Para dar conta das questões aqui em análise, também concentramos nossas teorizações na ofensiva que começou a ser organizada no campo teórico e político para se contrapor ao Estado de bem-estar: o neoliberalismo. Em 'O caminho da servidão' escrito em 1944, Hayek se insurge contra o modelo de Estado intervencionista. Com a expansão das bases do Estado de bem-estar no período pós-guerra², Anderson (1995) observa que Hayek convoca aqueles que compartilhavam da sua orientação ideológica como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises com o intuito de combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro.

Os pensadores neoliberais não obtiveram êxito no cenário político de imediato, pois o capitalismo, sobre a égide do keynesianismo,

2 Suplantaremos as elaborações trazidas por Faria (1998) ao debater sobre a grande controvérsia nas ciências sociais a respeito das razões que levaram o Estado de Bem-Estar social a se expandir depois da Segunda Guerra Mundial.

creceu significativamente no pós-segunda guerra. Na perspectiva teórica, Friedman contribui para a formulação dos ideais neoliberais com sua obra 'Capitalismo e liberdade', em 1966, onde vem reforçar as convicções do capitalismo competitivo, a atuação das empresas privadas no livre mercado, sistema de liberdade econômica como condição necessária à liberdade política. A partir dessas propostas, Friedman (1984, p. 23) imputa o Estado como essencial para a determinação das 'regras do jogo' e um árbitro para interpretar e pôr em vigor as regras estabelecidas.

Olssen (1996, p. 340 apud Apple, 2003, p. 88) destaca que:

Enquanto o liberalismo clássico representa uma concepção negativa do poder do Estado, no sentido de que o indivíduo devia ser considerado um objeto a ser libertado das intervenções do Estado, o neoliberalismo passou a representar uma concepção positiva do papel do Estado na criação do mercado apropriado ao criar as condições, leis e instituições necessárias à sua operação [...] No modelo clássico, o objetivo teórico do Estado era limitar e minimizar seu papel com base em postulados que incluíam o egoísmo universal (o indivíduo que luta por seus interesses pessoais); a teoria da mão invisível que ditava que os interesses do indivíduo eram também os interesses da sociedade como um todo.

Com a crise petrolífera em 1973, o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, apresentando baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. Essa conjuntura propiciou que as ideais neoliberais ganhassem terreno. Anderson (1995) demonstrou que Hayek e seus ideólogos passaram, então, a atribuir as raízes da crise especialmente nos seguintes fatores: o poder excessivo e nefasto dos sindicatos e do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais; os altos gastos estatais em investimento social.

Como proposta de contenção da crise, os neoliberais defendiam a existência de um Estado regulamentador, forte para atuar em prol do livre mercado, livre comércio, garantir a estabilidade monetária e promover reformas fiscais para incentivar os agentes econômicos (redução de impostos, isenções, dentre outras medidas).

A receptividade das propostas neoliberais influenciou distintos governos na década de 80, a exemplo de Margaret Thatcher enquanto

primeira-ministra da Grã-Bretanha, Ronald Reagan presidente dos Estados Unidos, dentre outros (HARVEY, 2005).

Os defensores da proposta neoliberal ocupam, atualmente, posições de considerável influência no campo da educação, nos meios de comunicação, em conselhos de administração de corporações e instituições financeiras, em instituições-chave do Estado, bem como em instituições internacionais que regulam as finanças e o comércio globais, de tal maneira que o neoliberalismo se tomou hegemônico como modalidade de discurso e passou a influenciar os modos de pensamento, além de se incorporar ao cotidiano de muitas pessoas viverem e compreenderem o mundo (HARVEY, 2005). Desse modo, a seguir, daremos visibilidade para as influências do neoliberalismo no campo educacional, e, conseqüentemente, no contexto das políticas educacionais.

3. LIBERALISMO, NEOLIBERALISMO, MERCADO E SOCIEDADE

Conforme já demonstrado, o surgimento da teoria liberal, inaugurado pelas postulações de Adam Smith, propicia não só a estruturação das ciências econômicas, como também apresenta uma configuração de sociedade, de indivíduo e demonstra qual é o papel do Estado nesse ideário.

As perspectivas políticas e econômicas adotadas pelos liberais (ressalte-se as contribuições de James Mill, David Ricardo, dentre outros), são centradas numa concepção de sociedade comercial individualista, onde cabe ao Estado o estabelecimento e a manutenção da justiça, sobretudo para garantir o direito de propriedade, a defesa nacional e a criação e manutenção de instituições públicas, quando não pertencerem ao interesse privado (SMITH, 1996).

Tal ideologia, aqui compreendida como postulado por Marx e Engels, ou seja, enquanto consciência equivocada da realidade, de maneira que os homens pensam sua realidade de maneira enviesada num dado substrato material da história (ENGELS; MARX, 2001), servirá como fundamento da superestrutura (ENGELS; MARX, 2001; ALTHUSSER, 1985) do modo capitalista de produção.

E é sob a influência dessa conjuntura que a promoção das liberdades individuais assume um caráter meramente formal, entendido também como liberdade negativa, que defende o livre agir do indivíduo pela ausência de impedimentos externos indevidos. Conforme Santos (2016)

essa noção de liberdade pressupõe a igualdade formal, a igualdade de todos perante a lei, para o que são fundamentais os direitos cívicos e políticos. Além disso, pressupõe também uma não intervenção do Estado nas relações sociais.

Num contexto de extremas desigualdades sociais em que emerge o pensamento liberal, entre o final do século XVIII e início do século XIX, marcado pelas intensas transformações que estavam sendo vivenciadas, a promoção das liberdades individuais favorece apenas as classes dominantes, não só no campo da produção material, como também no campo da produção intelectual (ENGELS; MARX, 2001).

Contudo, deve-se observar que a construção dos ideais liberais possui influência do humanismo, e, ainda que tal individualismo preconizado pelo liberalismo favorecesse tão somente as classes dominantes, há de se destacar que as teorizações dele decorrentes ao menos vislumbravam o progresso, a transformação social (MILL, 1967), ou seja, a noção de sociedade ainda imperava nesse contexto.

A derrocada do Estado de bem-estar social e, conseqüentemente, o colapso das perspectivas socialistas implicam no retorno das teses ultra-conservadoras de que o capitalismo se constitui numa sociedade de tipo natural, o que implica nos ideais da busca do bem individual próprio e do egoísmo produtivo, doutrina que assume o termo neoliberalismo. A sociedade deixa de figurar nas teses e preocupações do neoliberalismo, que passa a defender as individualidades, a luta de cada um por si, o mercado ou as economias emergentes (FRIGOTTO, 2015).

Já para Dardot e Laval (2016), o liberalismo acreditava que o mercado era o regulador natural da sociedade, enquanto o neoliberalismo, a partir da crise do liberalismo no final da década de 1920, encara que o mercado passa a ser visto como desejável, mas não natural. Dessa maneira, o aparelho estatal deve estimular a concorrência na sociedade para que ela sirva ao funcionamento mercantil.

Dardot e Laval (2016) observam que nesse cenário de estratégias de articulação da racionalidade neoliberal, a escola é vista como potencial formadora de uma nova forma de subjetivação, formando um sujeito-empresendedor, que é a empresa de si mesmo, conceito este que também será abordado por Ludmila Abilio (2019), ao tratar do empreendedorismo de si para o autogerenciamento gerenciado.

Dada a relevância que educação assume nesse papel, trataremos dos ideais neoliberais, suas repercussões e influências no contextos político-educacionais do século XXI.

4. IDEAIS LIBERAIS E NEOLIBERAIS E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Desde o final do século XIX, a educação como algo que deve ser assegurado pelo Estado é alvo de discussões e divergências de opiniões. Embora os textos normativos e regulamentares coloquem-na enquanto um direito social de/para todos(as), as diversidades sociais, econômicas e culturais colocaram (e continuam colocando) em xeque uma importante discussão: seria, de fato, um direito de todos(as) ou apenas um privilégio capaz de acentuar as desigualdades estruturais?

Durante a transição entre o Império e a República brasileira, por exemplo, a disseminação de discursos em torno da necessidade/importância da educação ocorria em decorrência dos ideais de “modernização” e “progresso” tão almejados pelas elites brasileiras (PASSOS, 2011). Desse modo, o acesso a educação passou a ser assegurado pelo Estado, mas a permanência não.

Mas, embora existam diversos(as) autores(as) que tratam, para diferentes províncias (posteriormente Estados), das discussões relativas aos processos de constituição e implementação das Escolas Públicas de Educação Básica – conhecidas, no decorrer dos séculos XVIII e XIX como Instrução Pública Primária -, iremos nos deter às problemáticas que podem ser evidenciadas no contexto do século XXI.

Como já salientamos anteriormente, para entender as principais demandas do liberalismo e do neoliberalismo, é preciso perceber algumas das principais transformações histórico-conceituais que demarcam essas teorias (ou ideologias).

Conforme demarcado, o foco da ideologia neoliberal é aparelhar a máquina estatal em prol dos interesses de mercado e das relações de consumo, de maneira que essas interferências engendram as mais diversas instituições, sendo os espaços educacionais um desses âmbitos. A partir dessas ofensivas neoliberais, a educação, contemplada como direito social, passa a ser encarada como apenas mais um serviço no interior do livre mercado.

Esse avanço do neoliberalismo sob a educação ocorreu, principalmente, através de investimentos de países e instituições de cunho capitalista que não se dão de maneira despretensiosa. Podemos dizer que o mundo empresarial tem interesse na educação com objetivo de atender às demandas de uma mão-de-obra qualificada e capaz de atender às exigências da competitividade (MARRACH, 1996). Assim, as demandas

capitalistas podem ser cada vez mais acentuadas a partir de uma educação 'instantânea', acrítica e direcionada para a empregabilidade -, e ressalte-se que o empregável se forma por competências e estas são aquelas requeridas pelo mercado (FRIGOTTO, 2015).

De acordo com essa lógica de mercado, podemos visualizar um ciclo: os 'bons' alunos são aqueles que adquirem 'bons' conhecimentos e, a partir disso, conseguem 'bons' empregos (APPLE, 2003). Soma-se a esse ciclo uma das principais bases do neoliberalismo: a ênfase mercantil e concorrencial que atinge todos os aspectos da vida, de tal modo que o indivíduo é parte do mercado e livre para ser 'bem-sucedido', alimentando assim os discursos em torno da meritocracia. Para a ideologia neoliberal, portanto, o sucesso depende do esforço e do investimento individual (FRIGOTTO, 2015).

Diante do exposto, acentua-se que a rápida especialização de uma mão-de-obra e a necessidade de mercados consumidores são algumas das principais influências neoliberais no contexto educacional. No entanto, salientamos o seguinte questionamento: do que vale uma mão-de-obra qualificada sem o desenvolvimento cognitivo direcionado para posicionamentos críticos/filosóficos? Qual seria, então, a principal função da educação?

É por isso que transformar a experiência em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar (FREIRE, 1996, p. 18).

A produção de currículos e textos institucionais são algumas das ferramentas das quais os projetos liberais e neoliberais podem se utilizar para o fortalecimento de uma educação direcionada para o mercado. Tendo em conta que as políticas educacionais delineiam todo o processo de configuração das práticas educativas, mas possuem parâmetros que podem ser diversos, e que são norteados de acordo com objetivos próprios (de grupos específicos), é preciso atentar para o fato de que existe um conjunto de forças políticas e sociais que buscam, cada vez mais, ter força e protagonismo sobre esses parâmetros.

Existe uma política complexa dentro de cada grupo e entre esses grupos as forças externas na formulação da política, quando ela é posta no papel como um decreto

legislativo, em sua distribuição e em sua recepção a nível da prática. Desse modo, o Estado pode legislar mudanças no currículo, na avaliação ou na política (medida produzida por ela própria através de conflitos, acordos e manobras políticas), mas os autores do currículo podem não condições de controlar os significados e implementações de seus textos. Todos os textos são documentos 'permeáveis'. Estão sujeitos à 'recontextualização' em todos os estágios do processo (APPLE, 2003, p. 106).

Em meio a variedade de grupos e sujeitos que estão envolvidos na/ com a educação, existem conjuntos hegemônicos formulando políticas, currículos, textos... definindo e controlando práticas - que acabam fortalecendo as ideologias conservadoras. Por esse motivo que está sendo articulado um processo de mercantilização da educação, compreendido por Peroni, Caetano e Arrelaro (2019) como o setor privado definindo o conteúdo da educação.

É preciso, a partir do exposto, trazer para o debate educacional a necessidade de uma educação focada na formação do pensamento crítico, que é justamente a abordagem educacional que se contrapõe a construção do sujeito-empresendedor, e assim, a lógica dos ideais neoliberais. E é por isso que também concordamos com Michael Apple (2003) quando este afirma que uma educação verdadeiramente crítica e democrática depende exclusivamente de um projeto coletivo e bem elaborado.

Percebe-se, desse modo, que as influências liberais e neoliberais nos distintos contextos educacionais podem desencadear questões e reflexões diversas – desde o seu percurso histórico, até os seus desdobramentos nas construções e disputas em torno das elaborações curriculares. Entretanto, diante da impossibilidade de esgotamento do tema, e da abrangência das reflexões suscitadas, teceremos algumas considerações ante o exposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de entender os desdobramentos do liberalismo e do neoliberalismo no âmbito educacional, este texto apresentou algumas especificidades desses fenômenos em distintos momentos históricos e contextos políticos. Nos fazendo refletir sobre os interesses mercadológicos que permeiam os investimentos neoliberais no cenário educacional, as diferentes leituras que delinearão o presente texto foram de fundamental importância para as fundamentações sócio-históricas que são

apresentadas. Somadas a essas leituras, salienta-se a importância das questões levantadas para o direcionamento teórico-metodológico abordado no texto.

A princípio, discorreremos sobre os contextos de transformações que estiveram interligados as concepções de ideais liberais concebidos como “clássicos” e, por outro lado, aqueles concebidos como “contemporâneos”.

A partir da ancoragem em estudos clássicos e atuais (SMITCH, 1996; HOBBSAWM, 1996; APPLE, 2003), busca-se sustentar uma reflexão em torno do modo como o liberalismo esteve articulado e se desenvolvendo em diferentes sociedades, e para distintas classes sociais, a partir de mudanças e rupturas. Para tanto, são focalizados alguns eventos históricos como, por exemplo, a Revolução Francesa e a adoção de um Estado Liberal, pautados nos ideais de liberdade tão difundidos pelos revolucionários do século XVIII.

Tendo em consideração que para entender as principais questões em torno do liberalismo e do neoliberalismo é preciso atentar para as transformações histórico-conceituais que demarcam essas teorias/ideologias, destaca-se, também, o desenvolvimento de práticas neoliberais em contraponto ao contexto de “Estado de bem-estar”.

Por fim, apresenta-se um discurso crítico sobre o modo (ou as influências) que a educação pode estar submetida aos “moldes neoliberais”. Concluímos atentando para a necessidade de uma formação crítica e bem definida, pensada para além do âmbito da construção de um “sujeito-empreendedor”.

As narrativas aqui apresentadas estiveram direcionadas, portanto, em exibir a influência das propostas liberais em diferentes contextos políticos, sociais e econômicos, mas focalizando, especificamente, essas influências no campo educacional e, a partir disso, no âmbito das políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

ABILIO, Ludmila Costhek. Uberización: De la iniciativa empresarial a la auto-gestión subordinada. *Psicoperspectivas. Individuo y Sociedad*, v. 18, n. 3, 15 nov. 2019.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

APPLE, Michael. **Educando à direita**: mercado, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

CÁCERES, Florival. **História Geral**. São Paulo, Moderna, 1996.

COSTA, Silvio. A Comuna de Paris e o internacionalismo proletário. **Novos Rumos**, v. 26, 2002, p. 21-24.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Uma genealogia das teorias e modelos do estado de bem-estar social**. BIB 46, 1998, pág. 39-78.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FRIGOTTO, G. A PRODUTIVIDADE DA ESCOLA IMPRODUTIVA 30 ANOS DEPOIS: REGRESSÃO SOCIAL E HEGEMONIA ÀS AVESAS. **Revista Trabalho Necessário**, v. 13, n. 20, 30 jun. 2015.

GADOTTI, Moacir. **Saber aprender**: Um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação. Um olhar sobre Paulo Freire, Congresso Internacional Évora, 2000.

HARVEY, David. O neoliberalismo. **História e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções**: Europa 1789 – 1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBBSAWM, Eric. A Revolução Francesa. In: HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções** (cap. 3). São Paulo, Paz e Terra. 5 ed, 1986.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação. In: GUIRALDELLI JUNIOR (Org.). **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.

MARX; Karl. Contribuição para a Crítica da Economia Política. Lisboa, 1971.

MILL, J. S.. The Claims of Labour. In: Essays on Economics and Society, 1824-1845. CW IV, Toronto: University of Toronto Press, 1967.

PERONI, Vera M. V.; CAETANO, Maria R.; ARRELARO, Lisete R. G. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação?. **RBPAE**, v. 35, n. 1, p. 35-56, jan./abr. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. Petrópolis, Vozes, 1976.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar está muito para além do Estado e do sistema político. **Utopias**, 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. As agonias do liberalismo. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política [online]. 1994, n. 34, pp. 117-134.